



FUNDADA EM 1882

Programa de Acção Orçamento 2018

Índice

PROGRAMA DE ACÇÃO.....	2
ORÇAMENTO	4
PARECER DO DEFINITÓR.....	6

A apresentação do Programa de Acção e Orçamento para o ano 2018 à Assembleia-Geral da Associação do Hospital de Crianças Maria Pia é um preceito legal que os Estatutos impõem e a Lei determina.

Este Programa de Acção e Orçamento corresponderá ao quarto ano do quadriénio eleitoral, de acordo com as imposições das novas observações estatutárias aprovadas em Assembleia-Geral.

E, de acordo com as circunstâncias de sustentação e perpetuação da Associação, os últimos Programas foram delineados em função da rendibilidade do nosso património imobiliário, veículo único encontrado que assegurasse a actividade da Associação para além da virtude de se ter requalificado e valorizado esse património.

Finda essa Missão, o ano 2017 constituiu o ano zero da actividade plena dos dois Alojamentos Locais denominados Casa Ramiro Leão e Casa Albino Baptista, a que se seguiu, no primeiro dia de Janeiro 2017, a Residência Universitária Casa Sílvia Cervan, em parte do Palácio dos Serviços aonde se integra também a nossa sede, serviços e auditório, goradas que foram as negociações para o seu arrendamento.

Foi anteriormente registado que a actividade primordial da Associação baseada nos motivos para que foi criada ou seja, no retorno à actividade hospitalar, dependeria da resolução do contencioso que opõe a Associação ao Estado e Centro Hospitalar do Porto.

Da negociação com Ministro da Saúde não se extraiu ainda qualquer efectividade daí que a demanda que teve recentemente avanços, em virtude de formalização de um requerimento de alteração do pedido ao Tribunal que consubstanciasse a peritagem aos edifícios hospitalares vandalizados pelo CHP antes da denúncia do contrato de arrendamento terá a sua continuidade e será um dos pontos fulcrais de actuação para o próximo ano.

Efectivamente, o despacho proferido pelo Tribunal obteve sucesso e, dentro em breve, será realizada a citada peritagem que conduzirá à definição de valores a que a Associação terá direito a ser indemnizada, caso a sentença a ser proferida tenha carácter favorável.

Será, portanto, perseguido o investimento realizado para que possamos equilibrar as despesas com rendimentos previsíveis, sendo certo que são ainda insuficientes para se fazer face às despesas.

Como este facto foi tido em conta para o ano em curso, a Mesa Administrativa empreendeu acções tendentes ao arrendamento dos edifícios hospitalares.

A assim ser, os capitais futuros a serem obtidos serão destinados a melhor sustentação da Associação, devendo esta produzir, a seu tempo, investimentos na economia social, fundamentalmente no âmbito da saúde, para cumprimento das designações principais exaradas no objecto dos Estatutos e, em paralelo, o investimento em produtos que consolidem e proporcionem rendimentos que definitivamente façam face às despesas correntes.

Em atenção aos capitais existentes em instituições bancárias, a Mesa Administrativa entendeu prudente não propor no Programa de Acção para 2018 quaisquer investimento que a seu tempo serão equacionados e propostos à Assembleia-Geral, limitando-se a agendar despesas de corrente manutenção no seu património imobiliário.

A Mesa Administrativa

ORÇAMENTO

Rendimentos:

O total de rendimentos previsto para o ano de 2018 é de 161.786€

Pre vemos um acréscimo das receitas dos Alojamentos Locais e Residência de Estudantes comparativamente a 2017 em virtude de adaptações a serem realizadas nos próximos meses de Julho e Agosto que, estamos em crer, proporcionarão taxas de ocupação superiores a 100% sobre os rendimentos previsíveis, pela rotatividade e preços estimados para esses meses.

Os rendimentos de capitais sofrerão decréscimo pela diminuição dos capitais próprios e pelas taxas de juro praticadas pela banca.

Gastos:

A Mesa Administrativa pretende continuar com o princípio de consolidação que tem sugerido no seu mandato logo, os gastos foram previstos tendo em conta a contenção das políticas de gestão.

Os fornecimentos e serviços externos sobem ligeiramente devido aos dispêndios com energia e fluídos, pese embora o abaixamento de serviços especializados.

Os gastos com o pessoal sobem ligeiramente em atenção às adaptações realizadas com o anterior e novo Contabilista Certificado.

A Mesa Administrativa continuará a estudar medidas para que a rubrica “Energia e Fluídos” seja o mais racional possível e corresponda a menores gastos anuais.

O quadro de pessoal e respectivos encargos serão aumentados de acordo com a legislação.

As depreciações previstas estão de acordo com os parâmetros habituais tendo em conta o período de vida útil esperada bem como as aquisições.

(euros)

ORÇAMENTO	REALIZADO 2016	ORÇAMENTO 2017	ORÇAMENTO 2018
Vendas e serviços prestados	45.695	148.680	161.786
Vendas			
Prestações de serviços	45.695	148.680	161.786
Quotas dos associados	1.252	3.480	3.480
Residencia para estudantes	44.443	145.200	158.306
Subsídios, doações e legados à exploração			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos	92.169	58.330	63.574
Subcontratos	99		
Serviços Especializados	33.921	21.548	17.744
Materiais	12.224	2.400	2.500
Energia e fluídos	15.310	15.420	24.020
Deslocações, estadas e transportes	2	600	
Serviços Diversos	30.613	18.362	19.309
Gastos com o pessoal	90.054	104.790	109.460
Remunerações certas	62.069	75.600	78.400
Remunerações adicionais	13.338	4.451	5.669
Formação profissional			
Encargos sobre remunerações	14.589	16.632	17.248
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	58	983	1.019
Gastos de ação social			
Outros custos com o pessoal		7.124	7.124
Outros rendimentos	27.054		
Outros gastos	176	60	60
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	(109.650)	(14.500)	(11.308)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	10.880	66.322	70.313
Resultado operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)	(120.530)	(80.822)	(81.620)
Juros e rendimentos similares obtidos		2.800	2.000
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos	(120.530)	(78.022)	(79.620)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período	(120.530)	(78.022)	(79.620)



Parecer do Definitório

Tendo em conta a reunião do Definitório de 2 de Novembro de 2017, em que participaram Aniceto Vieira Martins e Pedro Nuno de Lima Ferreira e ainda o Mesário – Tesoureiro da Mesa Administrativa Manuel Alves, foi transcrito na respectiva Acta que o Resultado Líquido do período de 1 de Janeiro a 30 de Junho de 2017 apresenta um saldo negativo de 35.971,12€.

Não obstante estar este valor dentro do previsível resultado negativo constante do Programa de Acção e Orçamento aprovado para o corrente ano, o Definitório não pode deixar de comentar que o classifica de preocupante.

Relativamente ao Programa de Acção e Orçamento para 2018 apresentado a este Definitório pela Mesa Administrativa para Parecer, propõe-se a sua aprovação.